

Artefatos da Oralidade

Suzana Bitencourt¹ - PPG-UFSC

O Balneário de Canasvieiras, situado ao norte da Ilha de Santa Catarina, recebe um grande número de turistas todos os anos. Hoje em dia, ao passear por sua orla marítima nos deparamos com símbolos da modernidade: edifícios envidraçados, anúncios em néon, lanchonetes e avenidas asfaltadas. Entretanto, no início do século XX, a praia de Canasvieiras era conhecida, pelos próprios moradores, como o lugar dos pobres e das prostitutas que, marginalizados, moravam à beira do mar em seus ranchos de pau-a-pique cobertos com palha.

Antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, a história de Canasvieiras remonta a colonização portuguesa do litoral sul do Brasil. Em meados do século XVIII, com a intenção da Coroa lusitana de marcar seu domínio territorial, a localidade recebeu uma leva de ocupantes do distante arquipélago dos Açores^{II}. Desde os primeiros tempos até as primeiras décadas do século XX, a economia local girava em torno da pesca e da agricultura. Os produtos como a mandioca, a cana de açúcar, a cebola e o café tinham também outro destino; uma parte era retirada para o consumo das famílias, outra se destinava à venda para os atravessadores ou eram transportados até Florianópolis para serem comercializados no mercado público, onde alguns moradores de Canasvieiras tinham ponto de comércio alugado. Assim faziam escoar a produção da comunidade para Florianópolis e daí para as demais regiões do Brasil. A pesca de maior porte funcionava sob o sistema de “parelhas”, isto é o proprietário dos instrumentos de pesca, inclusive do barco, contratava outros homens e quando retornavam do mar o pagamento desses contratos, quase sempre era na forma do resultado do trabalho, ou seja, o próprio peixe. Uma vez separada a quantidade necessária para guarnecer a família, o excedente era comercializado. Nessa época, destacou-se a figura do pombeiro, representante de comerciantes, que contratados por esses, viajava a pé carregando os produtos a serem vendidos em duas cestas, cada qual pendurada na ponta de uma vara que colocavam no

ombro. Os produtos seriam vendidos nas comunidades próximas, como Santo Antônio de Lisboa, São João do Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus e tantas outras adjacentes.

Curiosamente, os moradores mais antigos se referem ao lugar como Rua velha e não como Canasvieiras. As casas eram quase todas erguidas ao longo da Rua Velha e o posicionamento refletia a boa condição econômica dos seus proprietários. As construções eram muitas vezes de pedra e cal, com janelas grandes lembrando a orientação arquitetônica de origem portuguesa. Assim, além da Freguesia que está presente nominalmente nos documentos que tratam da fundação da localidade, surge nas narrativas dos idosos do lugar a inúmeras vezes citada Rua Velha. Inicialmente, e pelo próprio nome que recebeu, pensa-se tratar apenas de uma rua, isto é, um lugar de passagem, o que não deixa de ser. Entretanto, consultando os documentos relativos à fundação da Freguesia e a memória daqueles que fizeram parte desta história contada a partir de suas lembranças cotidianas^{III}, no início do século XX, percebe-se que a Rua Velha ganha um significado mais amplo. Não somente como balizas que utilizavam a título de referência geográfica, mas também como se fosse uma localidade dentro da localidade. A Rua Velha significava mais do que uma rua que permitia trafegar pela Freguesia, ela própria era uma extensão da Freguesia. Indagados sobre a origem do nome, os antigos moradores da comunidade não souberam precisar, mas comentam que não conseguem se referir a Canasvieiras, apenas à Rua Velha. Quanto ao registro do nome Cannavieira, Canavieiras ou Canasvieiras, ao que tudo indica deve-se ao fato do lugar ter se destacado em razão de uma extensa produção de cana-de-açúcar, e o nome do lugar resultaria do campo do canavieiro plantador, um certo senhor Vieira.

Naquela sociedade praticamente guiada pelos ritmos da natureza, os dias tocavam seu termo devagar. O mar era algo distante não só geograficamente, mas também porque não se tinha o hábito de freqüentá-lo^{IV}, ele existia na medida em que significava o lugar do trabalho, uma forma de subsistência, como relatou em entrevista um dos moradores: “o mar era só pra pescar. Era preciso ter muita coragem pra ir à praia, era tudo escuro e não se via

nada. Não se via um pé de pessoa. Então quando chegava no tempo quente, meio dia, o gado vinha todo pra praia, por causa dos bichos, hoje ao invés de gado tem gente^V”.

Em 1930, quando iniciou a construção do primeiro hotel a beira da praia, algumas mudanças passaram a fazer parte da vida dos moradores da então longínqua comunidade. A começar pelo churrasco ocorrido nas dependências do hotel, iniciativa dos revolucionários de 1930, quando o hotel ainda estava em obra. É o que relembra outro morador, “as primeiras pessoas que inauguraram aquilo foram os gaúchos da revolução de 30, quando os gaúchos chegaram ali, que ganharam a Revolução, ele não tava bem pronto ainda, não tava todo acabado”. A partir das narrativas dos antigos moradores, se percebe que a carne de gado era comercializada e consumida apenas em momentos muito especiais, remetendo, muitas vezes, para a religiosidade popular, como por exemplo, durante a festa do Divino Espírito Santo ou o Natal. O churrasco, além de provocar impacto em relação ao cotidiano que vivenciavam, denotou alterações significativas na visão dos moradores em relação à orla marítima.

As lembranças dos moradores a respeito da construção do hotel refletem além do mencionado churrasco, o surgimento da primeira, e única, fábrica conhecida na região. A olaria construída em sociedade por dois homens moradores da comunidade que abasteceu de tijolos o canteiro da construção, como lembrou uma moradora também entrevistada, “a sociedade durou uns três anos. Até o fabricar de tijolos atraia gente, era tudo manual, eu sei que tinha épocas que eles traziam o barro já preparado e colocavam nas formas e depois de pronto eles caíam assim da pá, era lindo. Eram aqueles tijolos maciços. Daí veio a construção do hotel eles contrataram então os tijolos. Eram quatro carros de boi que trabalhavam durante todo o dia até anoitecer. Quando tinha uns três mil tijolos lá, eles começaram a obra”.

Utilizando os jornais que circulavam nas primeiras décadas do século XX como mais uma fonte de pesquisa, perceber-se que um dos discursos utilizados pelo poder político local no sentido de efetivar o projeto turístico para a região, era o de tirar a população do isolamento e do atraso. Entretanto, partindo-se das narrativas dos moradores da

comunidade montou-se um cenário múltiplo, pontuado de diversidade, mostrando que a economia local possuía dinâmica própria, destacando Canasvieiras como o centro comercial e de negócios do norte da Ilha de Santa Catarina na época.

Muito embora a construção do hotel em 1930 esteja sendo considerada como o marco fundador na implantação do projeto turístico para a região, a efetiva concretização do plano de urbanidade não decolou na forma como os autores da idéia logravam. Apenas a partir de 1951 observa mais um impulso no processo de implantação do balneário. Consta ser daquele ano o primeiro projeto de loteamento da orla marítima de Canasvieiras. Mas, não passou de um esboço não concretizado e sintomaticamente o próprio projeto desapareceu. Sabe-se que foi um empreendimento pensado pela iniciativa privada. Em 1956 e 1958 dois projetos de loteamentos turísticos, o primeiro público e o segundo privado, foram elaborados e executados pelas instâncias estaduais e municipais. Todavia, somente a partir de 1970, com novos projetos de balneabilidade e novos investimentos em turismo na ilha, pode-se considerar encaminhados os rumos dos investimentos públicos na intenção de transformar as terras outrora isoladas em estação balneária de porte internacional. A partir de então, o mar outrora distante, passou a compor o cotidiano da localidade, alterando significativamente a percepção dos florianopolitanos em relação a Canasvieiras.

Analisando a documentação que implementa o projeto de balneário turístico, a Lei Municipal de 1956^{VI} que diz: “fica assegurado a cada servidor municipal a aquisição de um lote pela metade do preço de venda e aos demais servidores públicos, será concedido um desconto de 20% sobre o preço de venda” (...), e comparando com a opinião dos moradores sobre o assunto, torna-se aparente certo desacordo entre a legislação que regulamenta o projeto de urbanização e o que foi colocado em prática, pois que, segundo alguns relatos: “o Osmar Cunha loteou tudo, cada funcionário da Prefeitura podia comprar lote à prestação, um conto de réis por mês. O funcionário ganhava um conto e duzentos réis por mês ia pagar como?”. Mesmo que a escrita da lei que implementou o balneário tenha procurado “favorecer” a aquisição de lotes ao funcionário da Prefeitura, os moradores, além de não contarem com recursos disponíveis para este fim, também não haviam de se interessar,

uma vez que as terras nas proximidades da praia eram praticamente desabitadas e não possuíam o apelo especulativo que surgiu anos mais tarde. Se em algum momento, as terras próximas à orla não tinham dono e foram ocupadas pelos populares que não possuíam terras na Freguesia, a partir do instante que as mesmas faixas de terras passaram a representar valor imobiliário, os lotes foram desapropriados sob a legação de que pertenciam ao poder público.

Com a efetiva movimentação resultante da concretização do projeto de urbanidade, percebe-se uma série de alterações ocorridas no seio da comunidade relativas aos novos hábitos e valores que um balneário turístico pode suscitar. Entre elas se destacam as de ordem urbana, o empreendimento exigiu ruas de acesso ao mar, antigas passagens, pequenas e estreitas deram lugar a ruas planejadas e assim o território foi sendo transformado. O valor das terras que, a partir daquele momento passou a significar não mais a quantidade na Freguesia, mas sim alguma porção na orla. As mudanças nos valores sociais, como muitos relatam, a cada temporada de verão observavam as tendências da moda presente nos hábitos dos turistas. Quer-se com isso dizer que os próprios moradores da comunidade, em muitos momentos se apropriaram da nova ordem e “oportunidades” que foram surgindo com a turistificação da região.

Recorrendo as bibliografias^{vii} que detém pesquisas sobre o turismo na região norte da Ilha de Santa Catarina, se percebe claramente duas vertentes visibilizadas pelas ciências humanas, pesquisas essas realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina. Alguns pesquisadores concluíram que os moradores em geral se apropriaram da nova ordem econômica e social, enquanto outros, consideraram que as populações locais ficaram à margem do processo cuja alteridade perpassa os mecanismos sociais, econômicos e culturais. No caso específico de Canasvieiras, ocorreu uma polarização interna. Isto é, tanto houve os que tudo perderam, como os que se apropriaram do processo de urbanidade com vistas a conceber um novo formato econômico e social para o local.

Outro ponto importante refere-se ao resultado concreto e efetivo do projeto de urbanidade pensado para o território, pois, percebe-se a intenção de impossibilitar o acesso

das pessoas ao mar. Observando a primeira planta do projeto de 1956 engendrado pela iniciativa pública, se pode ver uma área bastante grande reservada ao lazer, assim como toda a extensão da orla marítima que estaria teoricamente destinada a compor uma avenida para pedestres. Todavia, não é o que relembra uma das moradoras da praia, cujo cotidiano acompanhou as modificações, “foi aonde acabaram com os barrancos da praia, tiraram as árvores todas, deixaram tudo descoberto. Ali era um verde só, era tudo árvore. O pessoal antigamente quando vinham pra cá, ficavam nas árvores, embaixo da sombra, ali eles faziam churrasco, ali eles comiam, bebiam, ali eles viviam, botavam barraca, dormiam”. Seguindo a reflexão em relação às divergências entre o projeto arquitetônico e sua concretização, conta-se com a opinião de um dos investidores do local quando indagado sobre frequência de populares que buscavam diversão na praia. Ele comentou que, “a medida nesse sentido de evitar o acesso de farofeiros foi de impedir que caminhões ou ônibus tivessem acesso a locais muito próximos a praia, então as vielas dificultavam, não entrava caminhão, isso foi dificultando um pouco”.

A história sobre Canasvieiras, somente foi possível ser escrita na forma como se apresentou até aqui, porque contou com as narrativas dos personagens que a vivenciaram, os idosos do lugar. Pouca coisa há na historiografia catarinense, de modo particular sobre as comunidades interioranas, que visibilize o cotidiano das antigas fundações coloniais em Florianópolis quando o século XX contava suas primeiras décadas. No caso desta pesquisa específica, quando se volta o olhar para os primeiros anos da antiga Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, pouco se encontra, é como se aquela sociedade não possuísse propriamente uma história. Isto equivale a dizer que, partindo-se apenas dos documentos oficiais, não se teria construído uma análise aproximada do cotidiano social da comunidade. Isto também equivale a dizer que, em certa medida, a história de Canasvieiras esteja submetida à história dita geral. Ou seja, pressupõe-se que as fundações coloniais no sul do Brasil aconteceram submetidas ao mesmo formato, e as comunidades interioranas desenvolveram-se todas sob traços gerais.

Uma chuva de novidades, um mar de lembranças emergiu da memória dos que vivenciaram as mudanças ocorridas na comunidade, durante a implantação do balneário turístico. É por isso que em vários momentos, os testemunhos da mnemônica sucederam os documentos oficiais, assim como os jornais em circulação da época. Contudo, não apenas porque não se encontram muitos documentos oficiais sobre a história da povoação de Canasvieiras, mas principalmente porque os depoimentos constituíram “sinais que permitiram um conhecimento possível [para] uma compreensão do passado”.^{VIII} As fontes documentais entrecruzadas com as fontes orais simbolizam o lastro decisivo que, tendo descortinado as tensões, revelou uma dinâmica social impar. Assim, o cotidiano da comunidade não como resgate, ou com noções de lições de passado, mas como coloca Le Goff^{IX}, a história como ciência do passado, decisivamente séria e ancorada em métodos científicos que, em sendo depositária da “memória coletiva” condensou história e memória. A memória porque não esqueceu, comentou, explicou, ampliou, recorreu às lembranças de um tempo de outrora. A história porque escreveu, escreveu para não morrer.

NOTAS

^I Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolvendo a pesquisa: *Um mar de lembranças: memória e cotidiano na transformação de Canasvieiras em balneário 1930-1980*.

^{II} Com a vinda dos açorianos foram fundadas várias Freguesias, como Lagoa da Conceição, Nossa Senhora das Necessidades (Santo Antônio de Lisboa) 1750, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão 1831, São Francisco de Paula de Canasvieiras 1835. Na medida que a população foi aumentando e novas levas de imigrantes portugueses foram chegando, novas Freguesias foram sendo fundadas. No século XIX já eram dez no total. Centro de Estudos Cultura e Cidadania. *Uma cidade numa ilha: Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina* – CECA. Florianópolis, Insular, 1997. P.45.

^{III} Sobre este tipo de abordagem da memória, ver: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: Cia da Letras, 1994.

^{IV} Sobre Florianópolis em relação ao banho de mar, consultar: FERREIRA, S. L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Editora das Águas, 1998.

^V A história narrada sobre Canasvieiras no início do século XX, foi retirada das lembranças dos idosos do lugar quando indagados sobre o cotidiano que vivenciavam na comunidade. As narrativas destacadas neste artigo, compõe o acervo de entrevistas realizadas para esta pesquisa em andamento e oportunamente serão disponibilizadas no Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina.

^{VI} Projeto de Lei Nº 49 de 06 de setembro de 1956. Diário Oficial – Florianópolis SC.

^{VII} CAMPOS, N. J. de *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. (Dissertação de Mestrado em Geografia) UFSC. Centro de Ciências Humanas. 1989. p.215

DA SILVA, V. *Poder político e políticas públicas: Inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – Uma história de dominação de classe*. (Dissertação de Mestrado em Administração). UFSC. 1996.

LAGO, M.C. de S. *Memória de uma comunidade que se transforma: de colônia agrícola-pesqueira a balneário*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia) Florianópolis: UFSC, 1983.

SANTOS, C.S.U. *Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização das praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC. 1993.

^{VIII} GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

^{IX} LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1996.